



História, Ciências, Saúde - Manguinhos

ISSN: 0104-5970

hscience@coc.fiocruz.br

Fundação Oswaldo Cruz

Brasil

de Castro Maia, Moacir Rodrigo

Uma quinta portuguesa no interior do Brasil ou A saga do ilustrado dom frei Cipriano e o jardim do antigo palácio episcopal no final do século XVIII

História, Ciências, Saúde - Manguinhos, vol. 16, núm. 4, outubro-diciembre, 2009, pp. 881-902

Fundação Oswaldo Cruz

Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=386138046003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Uma quinta portuguesa no interior do Brasil ou A saga do ilustrado dom frei Cipriano e o jardim do antigo palácio episcopal no final do século XVIII

A Portuguese manor in rural Brazil or The saga of the enlightened Dom Frei Cipriano and the garden of the former episcopal palace in the late eighteenth century

Moacir Rodrigo de Castro Maia

Doutorando em história social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Rua Antonio Olinto, 123
35420-000 – Mariana – MG – Brasil
moacirmaia@hotmail.com

Recebido para publicação em agosto de 2008.
Aprovado para publicação em junho de 2009.

MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. Uma quinta portuguesa no interior do Brasil ou A saga do ilustrado dom frei Cipriano e o jardim do antigo palácio episcopal no final do século XVIII. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.16, n.4, out.-dez. 2009, p.881-902.

Resumo

Reconstrói a trajetória do bispo dom frei Cipriano de São José e do jardim histórico que construiu em seu palácio, na cidade de Mariana (MG), no final do século XVIII e início do seguinte. A área, com pomar e outros tipos vegetais, como a maioria dos quintais das casas mineiras do período, sofreu significativa transformação e tornou-se um clássico jardim europeu. Ordenado com preocupação estética, no final do período colonial era um espaço admirável, representante do processo de encantamento da ilustrada elite metropolitana pela história natural e pelos conhecimentos de botânica. Variada documentação foi utilizada para reconstruir a trajetória dessa área verde bem como a de seu idealizador, o ilustrado dom frei Cipriano de São José.

Palavras-chave: Cipriano de São José, frei (1743-1817) jardim histórico; Minas Gerais (Brasil); ilustração; patrimônio.

Abstract

This is a reconstruction of the career of bishop Cipriano de São José and the historical garden he built for his palace in Mariana, Minas Gerais, in the late eighteenth and early nineteenth centuries. The grounds, which, like most of their counterparts in Minas Gerais, contained an orchard and kitchen garden, underwent a major reform to fit the mold of the classical European garden. Orderly and showing aesthetic concern, they were an admirable space at the end of the colonial period, representing as they did the enlightened metropolitan elite's growing interest in natural history and botany. A variety of documental sources were used to reconstruct the history of the grounds and the career of the person behind their design, the enlightened Dom Frei Cipriano de São José.

Keywords: Cipriano de São José, Frei (1743-1817); historical garden; Minas Gerais (Brazil); Enlightenment; heritage.

Não tem jardim, quem o não rega.

Rafael Bluteau, *Vocabulário português e latino*

No momento atual, em que as áreas verdes ganham papel fundamental para a melhoria da qualidade de vida nos espaços urbanos cada vez mais densamente povoados, os relatos dos viajantes estrangeiros que estiveram no Brasil no século XIX, com suas percepções e anotações, são documentos essenciais para a restauração e a conservação de jardins, hortos, parques, passeios públicos, bem como para o estudo da vegetação local. Mais recentemente, em 2005, com o lançamento do *Manual de intervenções em jardins históricos*, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) sinalizou a importância da proteção de espaços históricos antes considerados secundários. Dessa forma, o jardim histórico, especialmente o de propriedade particular, que pouco aparece em projetos de revitalização e conservação, ganhou defesa e se tornou elemento valorizado em sua história, merecendo, assim, cuidados e políticas específicas dos órgãos públicos de proteção (Delphim, 2005).¹

A vegetação da América portuguesa, desde a chegada dos europeus, fascinou portugueses, holandeses, franceses e muitos outros povos que aqui estiveram ao longo de nossa história como colônia europeia e mesmo após a emancipação do Brasil. Expressões como ‘exótica’, ‘luxuriante’, ‘tesouro tropical’ perpassam relatos que vão de Pero Vaz de Caminha às telas de Frans Post, bem como os conhecidos diários dos viajantes estrangeiros que aqui estiveram ao longo do século XIX.

Um viajante em especial, o francês Auguste de Saint-Hilaire, botânico e entomologista que visitou o Sul e, mais detidamente, o Sudeste, além de inebriado pela diversidade vegetal e mineral da terra *brasilis* ocupou-se também em descrever os jardins que compunham a paisagem das vilas e cidades por que passou no início do século XIX. O meticuloso botânico francês, tal como outros viajantes, inseria-se em um processo de pesquisa em história natural, em função do qual os europeus se lançaram em expedições por várias áreas ao redor do globo, sobretudo o continente americano. No caso da América portuguesa, a chegada da família real ao Rio de Janeiro marca a abertura dos portos às ‘nações amigas’ e o incentivo às expedições científicas, principalmente após o casamento do príncipe dom Pedro com a arquiduquesa austríaca dona Carolina Josefa Leopoldina. Proveniente de uma das cortes mais ilustradas da Europa, a futura imperatriz do Brasil dedicava-se aos estudos de ciências naturais, sendo conhecida sua ligação com renomados pesquisadores, como o próprio José Bonifácio de Andrada e Silva.²

Neste artigo, reconstitui-se a trajetória do jardim do antigo palácio dos senhores bispos de Mariana (MG) e de seu idealizador, o bispo dom frei Cipriano de São José (governo: 1797-1817). Para esse fim, foram reunidos fragmentos e indícios em diversos corpos documentais como correspondências, iconografias, relatos de viajantes, inventários, livros de receita e despesa, e mesmo a investigação dos livros de história natural e botânica que pertenceram ao prelado e estão atualmente no Museu do Livro, em Mariana.

Os jardins da capitania/província de Minas Gerais e o olhar do viajante estrangeiro

Muitos viajantes faziam o trajeto marcado pela entrada do porto da corte do Rio de Janeiro, e vários deles se preparavam para, serra acima, chegar à já antiga província de Minas Gerais. A capitania era famosa pelas descobertas auríferas e de pedras preciosas desde o final do século XVII e início do XVIII. Os viajantes descreviam, em seus diários, especialmente a flora, a fauna e os minerais. Além disso, seus relatos de viagem contêm observações valiosas sobre constituição das vilas, históricos de fundação, população, funções administrativas, edifícios públicos, monumentos e serviços coletivos, como, por exemplo, a distribuição de água. Descreveram, ainda, prédios particulares, comportamentos e costumes dos moradores.

Foi nesse contexto que o botânico e entomologista Saint-Hilaire (1975)³ visitou, entre 1816 e 1818, as terras da província mineira e, ao relatar hábitos e comportamentos de sua população, nos legou preciosos registros históricos. Ao chegar aos aglomerados urbanos, descrevia suas casas, em especial os jardins das residências particulares.

Como em outras áreas do Brasil, as casas dos núcleos urbanos mantinham as fachadas coladas umas às outras, ou separadas por muros de pedras ou de tijolos de adobe. Os fundos, entretanto, se estendiam muito mais do que as fachadas, ocupando espaços bastante expressivos em que se cultivavam jardins – em geral uma composição de canteiros de flores, pomar e horta, servindo também para a criação de pequenos animais. Essa constituição em meios urbanos representaria a tentativa de trasladar, para os povoados, os cultivos encontrados em chácaras, sítios ou fazendas das áreas rurais. Segundo Freyre (2002), os jardins, pomares e hortas da casa-grande rural eram reproduzidos nos sobrados das cidades, especialmente no século XIX.

Na visita a vários povoados de Minas Gerais, Saint-Hilaire (1975) observou que os jardins nas casas mineiras eram frequentes, sendo raras aquelas que não os possuíam. Pois era na horta e no pomar que se buscavam frutas, verduras, legumes frescos para o consumo e ervas medicinais, sobretudo nos dias em que não se via na vila nenhum hortelão ou mulheres com seus balaies fartos de vegetais a oferecê-los. Embora encontrados em profusão, os quintais das residências eram, segundo o naturalista francês, “sem ordem e sem simetria”. Descreveu os jardins de Vila Rica, sede da província, como localidade difícil de desenhar em letras, segundo ele, por ser “construída sobre uma longa série de morros que marginam o rio de Ouro Preto e lhe desenham as sinuosidades”. Segundo o relato de Saint-Hilaire (1975, p.70),

A maioria tem um pequeno jardim longo e estreito, muito mal cuidado. Esses jardins são sustentados por uma muralha pouco elevada, quase sempre coberta por imensa quantidade de fetos, gramíneas, musgos, e na maioria das vezes formam uns por cima dos outros uma série de terraços cujo conjunto apresenta uma vez ou outra uma massa de verdura, tal como jamais se vê nos nossos climas temperados. Dessas casas, assim entremeada de cumes áridos e tufos condensados de vegetais, resultam pontos de vista tão variados como pitorescos ...

Distantes do ideal do viajante, os jardins das casas mineiras tinham outras prioridades além da questão estética pura e simplesmente – era neles, por exemplo, que se refugiavam

as mulheres, que tão pouco apareciam na sala de visitas quando chegavam estranhos na casa, principalmente estrangeiros. Segundo Saint-Hilaire (1975, p.96), elas habitavam o interior das casas, local de raro acesso à figura masculina: “os jardins, sempre situados por trás das casas, são para as mulheres uma fraca compensação de seu cativeiro e, como as cozinhas, são escrupulosamente interditados aos estrangeiros”. Conforme Freyre (2002, p.899), “o jardim da casa brasileira, enquanto conservou a tradição do português, foi sempre um jardim sem a rigidez dos franceses ou dos italianos; com um sentido humano, útil, dominando o estético. Irregulares, variados, cheios de imprevistos. Essa variedade parece ter sido aprendida com os chineses: foram talvez os portugueses que introduziram na Europa a moda dos jardins chineses”.

Em áreas mais distantes do antigo centro minerador da província – Vila Rica e Mariana –, os quintais pareciam mais bem cuidados e cada vez mais numerosos, como no antigo arraial do Tejuco, conquanto continuassem a mostrar-se sem simetria e mesmo com pouca sensibilidade estética (Saint-Hilaire, 1974, p.28). O olhar cartesiano do nosso viajante, de gosto ordenado e clássico, difere do de outros estrangeiros, admirados dos jardins escalonados que se estendiam pelos morros. Mawe (1978, p.122), um dos primeiros visitantes (1809-1810) após a chegada da corte portuguesa ao Brasil, descreve em outros tons os quintais mineiros, especialmente os de Vila Rica:

Os jardins, plantados com muito gosto, apresentam em sua disposição espetáculo curioso. Como é difícil encontrar em todo o flanco da montanha espaço plano de trinta pés quadrados, remediaram essa falta, aplainando espaços uns sobre os outros, a distâncias iguais e sustentando-os por muros pouco elevados; escadas conduzem de uns a outros. Esses terraços me pareceram o verdadeiro Império da Flora, porque jamais vira tal profusão de belas flores. Há também excelentes hortaliças de toda espécie, tais como alcachofras, aspargos, espinafre, repolhos, feijão e batatas. Existem frutos indígenas, que se aperfeiçoariam, sem dúvida, com melhor sistema de cultivo. O pessegueiro parece ser a única árvore europeia de fruto exótico aqui introduzida até agora; floresce de maneira surpreendente.

A ampla extensão do território mineiro marcava também a variedade vegetal que podia ser encontrada em suas diversas e distantes localidades. Na vila de Barbacena, nosso viajante encontrou cachos de uvas, pessegueiros, flores da Europa como cravos, escabiosas, amores-perfeitos, tudo sem deixar o espaço para os legumes. Vila Rica, capital da província, geograficamente elevada e com clima muitas vezes frio e de céu nublado, era cortada por quintais com pés de laranja, banana, café, massas de verdura (especialmente a couve) e algumas moitas de araucárias, sendo o cravo e a rosa-de-bengala as flores mais estimadas. Na cidade de Mariana, menos elevada com relação ao nível do mar do que a vizinha Vila Rica, os frutos da terra davam em maior variedade do que na capital de Minas, especialmente os ananases, que cresciam naturalmente pelos morros.

Rocha (1995, p.96) confirma a variedade de frutos da cidade episcopal de Mariana em seu *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais...*, ao destacar que “[a cidade] É salutífera, os ares são temperados e produz muita fruta, como: bananas, ananases, mamões e laranjas”.

Na visão de Saint-Hilaire (1975) destacam-se claramente, na paisagem mineira, a pouca regularidade e o fraco ordenamento dos jardins, cercados por muros de pedra ou

tijolos de adobe e caiados. Não fugiam à geografia mineira, espalhando-se dos pés dos morros colina acima, ao que se devia a bela visão do alto das vilas e cidades: casas cujos fundos abrigavam várias árvores frutíferas, flores, verduras, legumes, em profusão exótica e, principalmente, saborosa.

A busca estética e ordenada do espaço: o jardim do antigo Palácio dos Bispos de Mariana

No caminho entre Ouro Preto e Mariana, ao chegar à entrada da cidade pela colina de São Pedro, em 1817, Saint-Hilaire (1975, p.79) surpreendeu-se com o mais belo jardim que encontrou na província mineira – o do Palácio do Bispo –, diferente daqueles que avistara aos pés das montanhas e nos morros dos aglomerados urbanos por que passara. O lado externo da chácara episcopal mostrava-se mais fascinante para o viajante estrangeiro do que o próprio edifício: “bastante longo, que nada apresenta de notável, e que mostra, do lado de dentro, um corpo de habitação principal, e duas alas”. Assim escreveu em seu diário: “Tinhام-me gabado muito seu jardim, e, efetivamente, das elevações próximas, pareceu-me desenhado com regularidade, e ser maior e mais bem tratado que todos os outros que vira no resto da província” (p.59).

Contudo, não pôde nosso estrangeiro visitar esse recanto que dos morros próximos apreciou, pois o bispo havia falecido há pouco tempo, e os clérigos que se encontravam nas janelas do paço não lhe permitiram a entrada. Para ultrapassar o portão da propriedade, o viajante deveria pedir permissão ao vigário-geral, governador da sede vacante. Saint-Hilaire não portava, naquele justo momento, o passaporte oferecido pelo governador, que poderia ter franqueado sua entrada na quinta.

Ao comparar e enfatizar a regularidade e o ordenamento dos fundos do palácio com os demais vistos em sua viagem, porém, Saint-Hilaire (1975) deixou valiosa informação, não esquecida, aliás, por viajantes posteriores como Burmeister (1980) e Luccock (1975), que fizeram referência à bela paisagem.

Não obstante Saint-Hilaire não ter tido acesso à quinta, outro personagem nos traz a imagem detalhada dessa bela paisagem. Datadas de 1809, duas aquarelas sobre papel, de autoria do padre José Joaquim Viegas de Menezes, retratam a chácara destacando a área externa – o que ressalta o valor do pequeno parque privativo sobre o prédio de moradia. Juntamente com uma terceira aquarela, intitulada *Prospecto da cidade de Mariana*, ornamentavam, no passado, o luxuoso interior do palácio e atualmente pertencem ao acervo do Museu de Arte Sacra da cidade.

A residência dos bispos, também conhecida como chácara episcopal, passou a ser ocupada no início da década de 1750, quando o primeiro bispo de Mariana se transferiu do paço em que residia, no centro da povoação, desde sua sagração em 1748. O novo endereço, doado por fiel devoto, passou a ser residência oficial de dom frei Manuel da Cruz até 1764, quando faleceu. O prédio situava-se nos limites da sede do município e possuía casa e chácara extensa, dando fundos para o córrego do Seminário (antigo córrego da Intendência) pelo qual, por meio de pequena ponte, se acessava o Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte – instituição formadora do clero mineiro de então. Em fevereiro de

1749, ao ser doado pelo “abastado lavrador e mineiro” José de Torres Quintanilha, a propriedade era composta por “uma chácara com sete moradas de casas a ela pertencentes na (rua da) Olaria desta Cidade, que confrontam da parte da rua com a Estrada pública que vai desta Cidade para a freguesia de Guarapiranga e outras mais partes; e pelos fundos dela confronta com o córrego que corre por detrás da Intendência, e pelos lados com terras do Conselho, ou com quem diretamente hajam de confrontar” (escritura de doação lavrada em 27 de fevereiro de 1749, citada em Trindade, 1953, p.374).

A Chácara da Olaria, como era chamada, foi doada por Quintanilha ao Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte – que o primeiro bispo de Mariana estava por fundar –, desejando o patrocinador que ali pudesse morar e que após seu falecimento se celebrassem perpetuamente três missas semanais por sua alma, na capela da instituição. Passou a ser conhecido como Palácio da Olaria ou mesmo Palácio Novo, em referência ao primeiro prédio ocupado pelo antístite nos primeiros anos de chegada, situado na área central da cidade. Como toda propriedade rural, a chácara, que se tornou residência oficial do primeiro bispado erigido na capitania das Minas, possuía “todas as árvores de espinhos e outras mais que se acham na dita chácara, terras de hortas e todos os seus pertences” (Trindade, 1953, p.374). Apresentava, portanto, a feição comum de outras moradias mineiras, como as várias que Saint-Hilaire (1975) avistou.

Após a morte de dom frei Manuel da Cruz, em 1764, a residência teve que esperar 16 anos para ser ocupada por sucessor, que tomou posse por intermédio de seu procurador em agosto de 1779 e, no ano seguinte, se instalou na sé de seu bispado. Dom frei Domingos da Encarnação Pontével, natural da freguesia urbana de Santarém, patriarcado de Lisboa, deu novos ares à diocese que vinha ocupar nas terras mineiras; seria, contudo, continuador da obra formativa de dom frei Manuel da Cruz, na ampliação e consolidação do papel do seminário como casa de instrução inicial do clero mineiro. Materialmente, além das reformas e construção de novas alas no prédio da instituição, atentou especialmente para o paço episcopal.

Como cita o cônego Trindade (1929) em seu importante livro *Arquidiocese de Mariana*, sobre os registros de despesa do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, ao qual a chácara da olaria estava vinculada, constam vários pagamentos de oficiais pedreiros, carpinteiros, pintores e outros trabalhadores encarregados de ampliar o palácio. Nos dois primeiros anos à frente da diocese, o novo bispo contratou o renomado mestre-pedreiro e carpinteiro José Pereira Arouca⁴ para trabalhos de reparo no seminário e, em 1782, no frontispício da Capela de Nossa Senhora da Boa Morte, anexa à instituição. É em fevereiro desse mesmo ano que se encontra “o 1º pagamento do novo acréscimo do Palácio” (Livro de contas..., fl.13v). Esse processo, iniciado em 1782, se estenderia, à custa de vultosos recursos, ao longo dos três anos seguintes. Em 1789, mestre Arouca voltou a receber pagamento pela obra do paço, bem como em 1791. É de sua lavra, e dos muitos trabalhadores escravos que possuía, a construção do prolongamento do prédio, especialmente da nobre e requintada parte direita, com o uso de grandes blocos de pedra ornando o piso, para os alicerces e nas sacadas internas ricamente trabalhadas.

Em junho de 1792, dez anos depois, José Pereira Arouca recebeu por caiar, e no mês de julho aparece a última nota existente de pagamento ao respeitável mestre-pedreiro, indicação

de que as obras mais expressivas teriam sido finalizadas e, assim, a pintura do prédio fecharia essa fase das reformas.

A narrativa das despesas referentes às obras do palácio indica ter sido no governo de dom frei Domingos da Encarnação Pontével (1777-1793), da ordem dos Pregadores, que a antiga chácara sofreu seus maiores acréscimos e que, se não todos, a maior parte dos custos da ampliação e reforma foi financiada diretamente pelo próprio bispo. Após listagem dos gastos aparece, nos rendimentos da instituição, a doação de sua “Excelência Reverendíssima”, no mesmo valor pago pelas obras. Na lista de despesa de outubro de 1784, por exemplo, pagou o procurador do seminário “a José Pereira Arouca para conta do acréscimo de palácio 1.176 oitavas [de ouro] e 7 vinténs” e nos rendimentos, logo abaixo das despesas, consta “que sua Excelência Reverendíssima deu por Esmola ao Seminário 1.176 oitavas [de ouro] e 7 vinténs” (Livro de contas..., fl.29v), quantia igual à que foi paga ao oficial pedreiro. Esse procedimento do prelado mostrava o vínculo entre a residência episcopal e o seminário. Desde o governo do primeiro bispo, dom frei Manuel da Cruz, havia a prática de pagamento de aluguel da chácara ao procurador da instituição – o que de alguma forma contribuía para sua manutenção.

Provavelmente as ampliações e reformas realizadas por dom frei Domingos não se limitaram ao prédio do paço. As melhorias devem ter-se estendido também para o quintal, que já nessa época possuía horta e pomar. Por certo o habilidoso mestre Arouca teve o cuidado de canalizar os vários cursos de água que cortavam o terreno e seu ampliado quintal, área ainda hoje muito úmida devido à profusão das águas. Consta que José Pereira Arouca teria feito “o aterro e a circunvalação do pomar” (Trindade, 1953, p.391).

Dois anos depois chegava ao final o governo de dom Pontével, que faleceu em sua segunda residência, em Vila Rica. Enquanto o prédio da chácara da olaria aguardava a chegada do próximo sucessor, os frutos da quinta – provavelmente do seu pomar de laranjas e outras árvores de espinho, bem como de sua horta – renderam alguma quantia até agosto de 1794. Um mês depois, contratava-se um homem negro, sem referência ao fato de ser livre ou não, para trabalhar na “quinta do palácio” o que aconteceu também no período chuvoso de novembro daquele ano até janeiro 1795, agora especificado que se pagava “pelos jornais a um negro para capinar a 5ª de Palácio” pagando-se três oitavas e três quartos (Livro de Contas..., fls.120, 122v).

Seria o frade franciscano dom frei Cipriano de São José, dos Menores Reformados de São Pedro de Alcântara, do Convento de Nossa Senhora da Serra da Arrábida, o autor do embelezamento da quinta, com feitura de belíssimo jardim geometrizado e outras melhorias construídas. Além disso, trouxe de Lisboa, em sua extensa e pesada bagagem, porcelanas, baixelas, damascos, móveis e carruagens, muitos dos quais foram presentes da Coroa portuguesa, por ordem da rainha dona Maria I de Portugal e de seu filho. Quem adentrasse a capela do paço no final de seu governo, observaria quatro imagens de vulto, as de Nossa Senhora, São Francisco, São Pedro de Alcântara e São José, junto com as de São Cipriano e do Senhor Crucificado, além de vários quadros (Inventário..., 1817, fl.6v). O culto ao primaz de sua ordem, ao santo eremita Pedro de Alcântara, franciscano símbolo dos frades da Arrábida, assim como aos santos ligados a seu nome, demonstra o cuidado também com o espaço interno da residência e a devoção ao panteão sagrado do pastor franciscano.

Após sua entrada na sede episcopal, em outubro de 1799, dom frei Cipriano trabalhou para embelezar a quinta, bem como o palácio.

Antes da travessia do Atlântico, o bispo, assim que sagrado em Lisboa em 1798, escreveu ao secretário do Conselho Ultramarino, dom Rodrigo de Sousa Coutinho, dizendo-se bem informado da situação de sua diocese e afirmando que se preparava para a viagem (Cipriano de São José, 29 nov. 1797, fl.1). Relatou que, após a morte do bispo Domingos Pontével, todos os móveis e livros da biblioteca do paço episcopal haviam sido colocados em praça pública pelo Juízo dos Defuntos e Ausentes e ordenava, com permissão do Conselho Ultramarino, que os bens fossem comprados e recolocados no paço.

Nesta persuasão comecei a tratar dos preparativos indispensáveis, não só para a minha pessoa, e viagem, que são grandes, e de grande preço; mas também para a minha casa de Mariana; por me constar com certeza, que todos os móveis do meu Antecessor foram removidos, e alienados dela, restando-me somente paredes, e pavimentos.

As mais das coisas de que preciso estão encomendadas para se aprontarem até os fins de Outubro ... (Cipriano de São José, 3 ago. 1798, fl.1v).

Por isso o bispo chega a Mariana, no ano seguinte, com extensa bagagem. Até hoje, muitas dessas peças, principalmente a porcelana chinesa, podem ser admiradas no acervo da arquidiocese, no Museu de Arte Sacra de Mariana.

Os objetos trazidos por dom frei Cipriano, além das reformas que empreendeu em sua casa, fizeram com que estudiosos como o historiador Diogo de Vasconcelos (1935) afirmassem: “Dom Frei Cipriano foi quem acrescentou o palácio e mandou ornar com jardins, tanques e obras de arte o vasto quintal do prédio” (citado em Trindade, 1953, p.163) – tese corrigida posteriormente pelo cônego Trindade, em sua pesquisa nos documentos eclesiásticos, ao afirmar que ao bispo franciscano não caberia a ampliação do prédio e sim a feitura de seu jardim.

Dom Cipriano, reconhecidamente austero e de modos exemplares, tinha gosto requintado e era apreciador da boa mesa, como transparece em seu retrato. Tomou posse em sua sede quando estava por completar 56 anos de idade. Ornou o paço com rica mobília, porcelanas orientais, pratarias, quadros, esculturas, mapas e globos, acrescentou expressivamente a biblioteca e cobriu de obras de arte a capela privativa. Como um nobre senhor, mandou pintar os retratos dos antecessores e o seu nas paredes da ala nobre, provavelmente por seu artista e amigo padre Viegas, autor das aquarelas da chácara da olaria. Contava, ainda, com duas riquíssimas carruagens. Além dos familiares (membros de sua ordem) que o acompanharam ao Brasil, o ilustrado frei Cipriano possuía, entre os membros de sua casa senhorial, um criado encarregado das funções cerimoniais e de acompanhar as autoridades até sua presença.

José Carrato (1963, p.131) muito bem delineou a figura nobre do antístite marianense: “Esse príncipe eclesiástico do século XVIII não comporia melhor a sua mentalidade de contemporâneo de uma geração que redescobria a natureza, se não se desse ao luxo de ter o seu ‘jardim fechado’, a sua quinta. E a teve, bela e luxuriante, como a pintou o seu amigo e comensal pe. Viegas de Menezes, em precioso óleo que o historiador Diogo de Vasconcelos viu no Palácio do Bispo, ainda nos princípios deste século”.



Figura 1: O bispo dom frei Cipriano de São José, s.d., s. autor. Foto Márcio Eustáquio de Souza (Museu de Arte Sacra de Mariana)

É correto afirmar que o interesse nos melhoramentos da área externa da residência oficial ia muito além da continuação das reformas físicas empreendidas pelo antecessor, dom Pontével. O novo bispo empossado pertencia a uma geração que se encantava com a história natural e, principalmente, com os conhecimentos de botânica. Ao chegar a seu bispado, dom frei Cipriano encontrou um dos mais expressivos botânicos do reino português, o padre Joaquim Veloso de Miranda. Nascido no arraial do Inficionado (atual Santa Rita Durão), pertencente à cidade de Mariana, em meados do século XVIII, o sacerdote era de família mineradora e proprietária de terras na localidade de origem, sendo sobrinho do célebre frei Santa Rita Durão (1722-1784), autor do poema “Caramuru”, publicado em 1781. Ao se tornar sacerdote, Joaquim Veloso seguiu para a metrópole a fim de aprofundar e continuar os estudos e formar-se doutor em cânones, seguindo o caminho do tio e de muitos outros conterrâneos de família abastada.

O padre Veloso de Miranda chegou a Coimbra em plena reforma universitária, empreendida pelo marquês de Pombal na década de 1770. Envolvido com futuros naturalistas, especialmente o mestre Domingos Vandelli⁵, fascinou-o a história natural, campo em que se tornaria pesquisador reconhecido, o que o fez abandonar o estudo de direito canônico. Licenciou-se em artes e doutorou-se em filosofia em 1778, permanecendo na universidade em Coimbra e lecionando na cátedra de ciências naturais e química como professor substituto. Ao desenvolver diversas pesquisas sobre o tema, como *Brasiliensium plantarum fasciculus* e *Descriptio animalum quorundam brasiliensium*, tornou-se membro da Academia Real das Ciências de Lisboa.

Anos depois o doutor Joaquim Veloso de Miranda voltou ao Brasil, embora continuasse a manter o intercâmbio cultural e científico com a sede do império. O contato especial com o cientista Domingos Vandelli fez com que o mestre italiano nomeasse *vellosia* uma das muitas plantas estudadas pelo padre Joaquim e publicada na obra de Vandelli *Florae lusitanae et brasiliensis specimen*, de 1788 (Trindade, 1943, p.345-346).

Em Minas Gerais, Joaquim Veloso de Miranda continuou suas pesquisas de botânica e química e foi encarregado, por dona Maria I, “de fazer coleções de objetos naturais para o Real Museu” (citado em Veiga, 1998, p.708), localizado no Jardim Botânico da Ajuda e dirigido por Vandelli. Sua trajetória tornou-o um dos mais importantes membros do clero mineiro do final do século XVIII e início do seguinte. Tratava-se de homem ilustrado, um pesquisador que desbravou o território com o objetivo de estudar e montar uma coleção de espécies da fauna e flora e de objetos do cotidiano indígena, enviada à Corte “em três caixotes e de uma grande parte dos pássaros e mais animais que tem sido possível ao dito naturalista adquirir e dessecar” (Carrato, 1968, p.189).

Membro da Igreja mineira, ocupou-se o padre Veloso de Miranda em variadas pesquisas em história natural, como pedia seu tempo. Na busca de conhecer as potencialidades econômicas naturais da colônia, avançou além dos estudos de botânica e do colecionismo, para experiências com minerais e cultivos agrícolas a fim de suprir a carência de produtos, bem como visando ao desenvolvimento econômico regional. Também era sócio da Academia Real de Ciências de Lisboa, braço principal na política reformista do império luso que afirmava, em seu código: “o primeiro passo de uma nação é conhecer as terras que habita, o que em si encerram, o que de si produzem, e o de que são capazes” (citado em Segawa,

1983, p.149). A academia, juntamente com a Universidade de Coimbra após 1772, reuniu boa parte da elite governante do período da Viradeira, na gestão de dona Maria I.

Dom frei Cipriano de São José, ao tomar posse na Catedral de Mariana, em 1799, encontrou o padre Joaquim Veloso como recém-nomeado secretário do governo da capitania de Minas Gerais.⁶ Carrato (1968, p.189) relata em seu livro *Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais* que Veloso de Miranda possuía, nos fundos de sua residência em Vila Rica, “na Rua de São José, não longe dos Contos, a sua plantação de chá, vindo da Índia”. O destacado botânico foi encarregado pelo governador da capitania, Bernardo José de Lorena, de implantar o Jardim Botânico de Vila Rica, como ordenara o príncipe regente dom João em 1799 (Lorena, 20 nov. 1799). Conforme Carrato (1971, p.25), foi o próprio Joaquim Veloso de Miranda que planejou o Horto Botânico de Vila Rica – cujo mapa topográfico, datado de 1799, encontrou no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa – e bem poderia ter colaborado no projeto de reformulação do jardim do paço episcopal.

O primeiro jardim botânico criado em solo brasileiro foi iniciativa do conde Maurício de Nassau em Recife (PE), ao longo da ocupação holandesa do Nordeste. Junto ao palácio de Friburgo ordenou o nobre a construção do jardim entre 1637 e 1644, iniciativa que se perdeu com o final da administração das Províncias Unidas. O Estado português só instituiu uma política de criação de jardins botânicos na América portuguesa no final do século XVIII⁷, com instruções aos governadores para seu estabelecimento em Belém, Salvador, Rio de Janeiro, Olinda, Ouro Preto, Goiás e São Paulo. Em 1796, o de Belém tornou-se realidade antes dos demais e teve significativo papel no intercâmbio, na referência no ordenamento e plantio de espécies. Na vizinha Guiana Francesa, a experiência botânica encontrava-se consolidada um século antes, com a Habitation Royale des Épiceries, mais conhecida como Jardin La Gabrielle (Dean, 1998), do qual partiram variadas espécies vegetais para o Jardim Botânico do Grão-Pará, posteriormente disseminadas em outras instituições luso-brasileiras, como os jardins de Olinda e do Rio de Janeiro (Sanjad, 2001, p.3).

A política reformista de Portugal marcava-se, em meados e final do século XVIII, pela implantação de jardins botânicos, fosse na metrópole ou, posteriormente, no Brasil, tendo como objetivo fundamental o aproveitamento dos recursos naturais para o desenvolvimento econômico do reino. Nesse processo, a ciência natural passou a ser valorizada pelo Estado português em meados do Setecentos especialmente, com a nomeação de Sebastião de Carvalho e Melo como ministro de dom José e, mais tarde, de dom Rodrigo de Sousa Coutinho (1796-1799) como ministro e secretário de Estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, no governo de dona Maria I. A reforma universitária em Coimbra (1772), com a criação do curso de filosofia natural tendo o naturalista Domingos Vandelli como figura exponencial, a criação da Academia Real de Ciências de Lisboa (1779) e outras iniciativas governamentais tinham o propósito de trazer o desenvolvimento econômico e científico ao Estado luso (Varela, 2006).

Fez parte da pequena elite ilustrada formada em Coimbra um número significativo de estudantes nascidos no Brasil, como o padre Joaquim Veloso de Miranda, José Bonifácio de Andrada e Silva, José Álvares Maciel, Manuel Arruda da Câmara e Alexandre Rodrigues Ferreira. Este último foi nomeado pela Coroa, sob orientação de Vandelli, para a viagem que resultou na publicação *Viagem filosófica às capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato*

Grosso e Cuiabá (Pádua, 2004), enquanto o doutor Joaquim Veloso de Miranda, também naturalista, se incumbia de variadas funções na capitania de Minas Gerais. O império português arregimentava luso-brasileiros formados em Coimbra para a administração estatal e para implementar sua política reformista.

Os estudos sobre a história paisagística brasileira informam que o Horto de Vila Rica, nas proximidades da Casa dos Contos, foi ampliado e revitalizado já no século seguinte, nos idos de 1825 (Segawa, 1983, p.157), dentro da política imperial do recém-criado estado independente do Brasil.

O interesse de nosso bispo pela paisagem natural, como homem ilustrado de seu tempo, transparece mais claramente em sua biblioteca da chácara da olaria em Mariana. No palácio, cinco dias depois de seu falecimento, o inventariante iniciou o trabalhoso levantamento dos bens da Casa e listou variados volumes de história natural e botânica entre as obras que se encontravam na sala da biblioteca. Não nos passa despercebido, ao consultar o inventário, o fato de, curiosamente, os primeiros livros registrados serem de botânica. Os seguintes títulos exemplificam a vasta lista: *Dictionnaire élémentaire de botanique*, de Bulliard; *Description des plantes de l'Amerique*, de Charles Plumier; *Observationum botanicorum*, de Nicolai Jacquin; *A alographia dos alkalis fixos*, de frei José Mariano Veloso; *Histoire des plantes*, de Fusée-Auble; *Elementa botanica*, de Necker; *Rei Herbariae*, de Tournefort; *Species plantarum*, de Carolus Linnaeus. De Lineu, o grande botânico criador do sistema natural e da teoria da 'economia da natureza', na qual defendia a importância de todas as espécies para o equilíbrio ambiental, possuía a biblioteca do bispo de Mariana vários volumes do *Systema naturae*, fundamental para identificação e classificação botânicas (Inventário..., 1817, fls.23v-40). Como administrador do extenso território diocesano e de propriedades agrícolas, o conhecimento de botânica e de técnicas de cultivo poderiam ser úteis ao bispo. Notadamente, sua formação erudita contribuía também para o exercício do governo da capitania, quando era necessário assumi-lo provisoriamente.

Dom frei Cipriano habitara, em terras portuguesas, um grande jardim natural, o conjunto do convento dos franciscanos, na encosta sul da bela serra da Arrábida, localizada entre Setúbal e a vila de Azeitão, nas proximidades de Lisboa. A serra é ponto referencial na região metropolitana e de rara beleza, por ser cortada pelas águas oceânicas tendo ao fundo a vista do Tejo. O chamado Convento Velho, na verdade pequenas e rústicas grutas incrustadas nas pedras, foi fundado ainda no século XVI, onde existia uma ermida do século XIII. As antigas celas dos eremitas estruturam o conjunto, que sofreu acréscimos expressivos no XVII. Eram essas singelas habitações incrustadas, na serra santa, em patamares, com volumes escalonados entre si, com capelas, celas, refeitório, pequenos jardins e fontes ligadas por escadas e pátios, que o religioso, futuro bispo de Mariana e seus irmãos de hábito percorriam, contemplando a natureza. O sentimento de frei Cipriano transparece em uma de suas correspondências para o Conselho do Ultramar, encarregado de todos os assuntos relativos às colônias portuguesas. Afirmava ao ministro de Estado: "Vossa Excelência sabe, que eu não procurei o Bispado de Mariana como não ambicionava nem honras nem riquezas, vivia contente, e em sossego no estado, que professei. Foi Sua Majestade servida de eleger-me e não atendendo às minhas súplicas, que lhe expus com submissão, e

respeito, sujeitei-me como fiel vassalo, as Reais Ordens, e sou Bispo de Mariana por obediência” (Cipriano de São José, 25 out. 1798, fl.1).

Vivia o frade em volta da paisagem de seu convento primaz nas cercanias de Lisboa, que deixava quando servia como pregador da Capela Real da Bemposta e como professor no Convento de São Pedro de Alcântara, pertencente também a frades arrábidos e situado no bairro de Alcântara, no núcleo urbano lisboeta. O antigo convento da serra da Arrábida serviu de origem para muitos conventos em terras lusitanas e até mesmo para o esplendoroso Convento Palácio de Mafra, erguido por dom João V – que fugia da simplicidade e do despojamento do modelo original. Os primeiros franciscanos da serra santa foram difusores e defensores de vida monástica de contemplação, privação dos bens terrenos e isolamento (Ferreira, Benito, 2006). Diferentemente, frei Cipriano cultivou hábitos requintados.

Ao deixar sua terra natal, e depois da jornada naval e por terra do Rio de Janeiro até sua diocese nas Minas Gerais, frei Cipriano precisou de vários meses para reformar seu palacete. Só depois de seis meses em solo marianense, o já empossado bispo escreveu sua primeira carta ao príncipe regente dom João VI.

Senhor

Representa a Vossa Alteza Real o Bispo de Mariana, que chegando a sua Casa de residência no primeiro de Novembro de mil setecentos e noventa e nove, não lhe foi possível dar Logo a execução as Reais Ordens de V. Alteza a respeito das exposições aos Benefícios vagos deste Bispado e isto por muitos motivos. Primeiro; porque a Casa Episcopal, que imediatamente ao falecimento do Prelado Antecessor, havia sido espulhada [?] de todos os seus móveis pela Junta dos Defuntos e Ausentes, ainda estava em grande desarranjo; atulhada de Oficiais, e trabalhadores, e por esta causa incapaz de se viver nela com decência, ou com sossego de espírito tão necessário a quem governa (Cipriano de São José, 25 maio 1800, fl.1).

A residência passou por ampla reforma a fim de receber o bispo com a dignidade e o conforto necessários para as tarefas de administração do extenso território diocesano. Os reparos da parte física do prédio foram seguidos pelo conserto da Casa de Livraria e continuaria, principalmente em 1802, quando o “pedreiro [conhecido por] Quinta”, por nome Francisco Alves Quinta, recebeu no dia 18 de junho o pagamento por seus serviços no palácio (Livro de contas..., fl.188v). Provavelmente foi entre 1801 e 1809 – data das aquarelas do padre Viegas de Menezes – que o jardim foi desenhado e recebeu seu embelezamento, como a fonte da Samaritana esculpida em pedra-sabão e, segundo Vasconcelos (1947), datada de 1802 – provavelmente assentada pelo mestre-pedreiro Francisco Quinta.

As aquarelas do Padre Viegas são documentos visuais que nos guiam pela beleza da ampla área externa. Ao descer três degraus da varanda interna da residência, deparamos pequeno jardim clássico desenhado, com oito canteiros geométricos delimitados por meio-fio e, ao centro, um tanque possivelmente em octógono, com “repuxo elevado” – a área encontrava-se cercada por cerca viva em forma retangular (Figura 2). À direita, alguns altos coqueiros destacavam-se em meio a pequenas árvores. Segundo Vasconcelos (1935, p.86), “os muros eram vestidos de hera e as ruas ornadas de figuras simbólicas, que davam aos muros de rosa e lírios a reflexão poética da antiga Mitologia”.

Ao deixar a ala central rumo à esquerda, passaríamos por um bosque de árvores de pequeno e médio portes até chegar em outra área, que apresentava desníveis de solo com oito canteiros geometrizados e grande tanque ao centro (Figura 3). Possivelmente, eram canteiros desenhados com verduras, legumes e flores, utilizados também para realçar cores, como em alguns jardins de inspiração francesa.

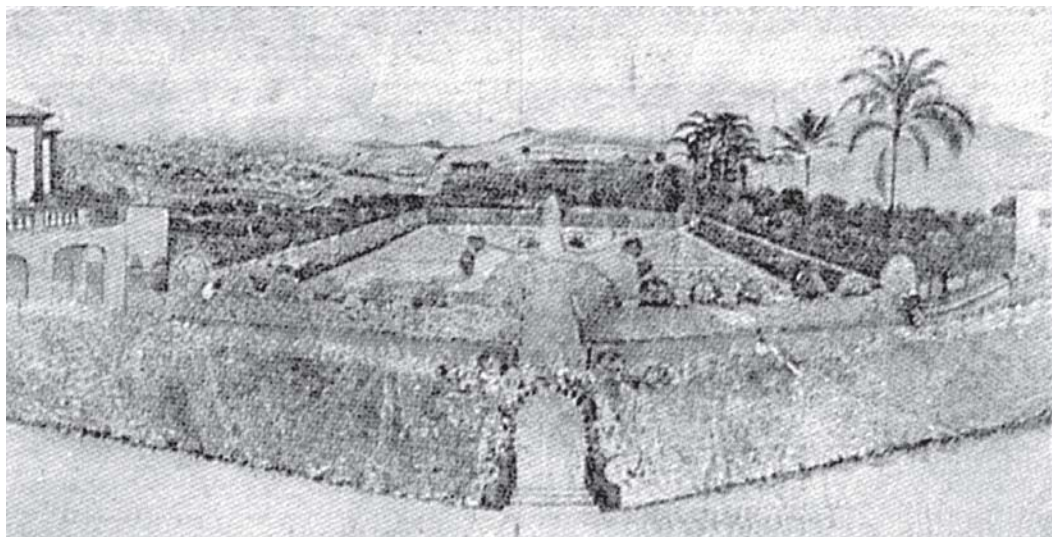


Figura 2: “Prospecto da Chácara da Casa da Residência Episcopal vista da janela do meio da mesma Casa no seu reverso, donde se vê também o Seminário e parte da Cidade de Mariana”, reprodução de aquarela de José Joaquim Viegas de Menezes, datada de 1809. Original sob a guarda do Museu Arquidiocesano de Mariana. (Campos, 1985, p.48)

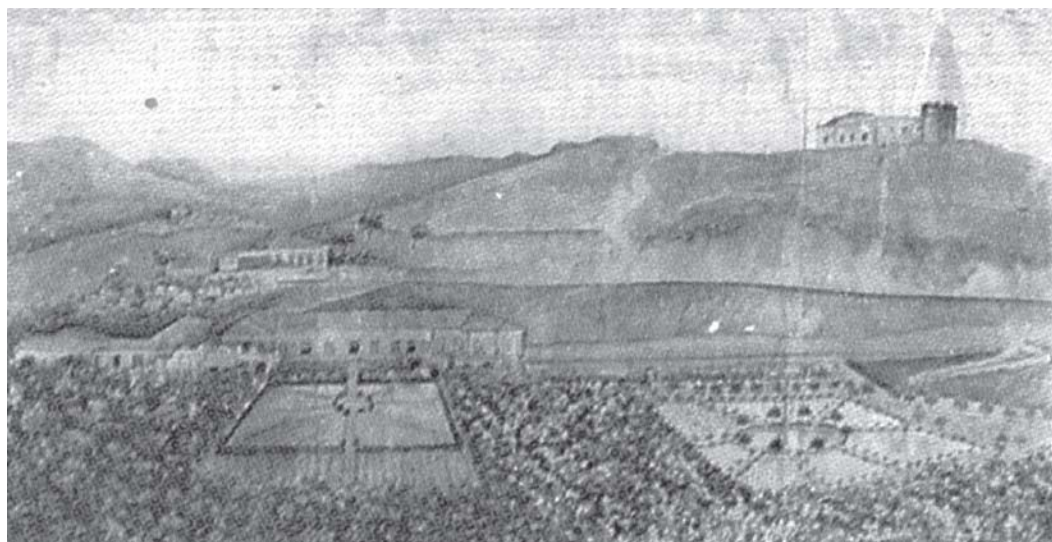


Figura 3: “Prospecto da casa e chácara episcopal de Mariana vista de uma janela do Seminário, que lança para a mesma Chácara em Mariana”, reprodução da aquarela de José Joaquim Viegas de Menezes, datada de 1809. Original sob a guarda do Museu Arquidiocesano de Mariana. (Campos, 1985, p.48)

A trajetória do jardim erudito de frei Cipriano: do abandono ao reaparecimento

A área da antiga chácara do Quintanilha era espaço ideal para cultivo e conservação de plantas e, principalmente, para a construção e ornamentação de um jardim clássico, já que se beneficiava das fartas fontes naturais oriundas do morro da Igreja de São Pedro. Para aproveitar esse elemento fundamental, foi erigida uma fonte próxima ao segundo jardim, em um de seus recantos. Nela mandou-se esculpir, em pedra-sabão, a passagem bíblica da Samaritana, trabalho atribuído ao Aleijadinho. De comovente beleza, era nesse recanto que o bispo se retirava para rezar o Breviário e se isolar das agitações e turbulências do bispado. “As tamareiras viçosas e a vegetação rasteira enfolhada, tendo as raízes na umidade do Poço, contrastam com os longes áridos e pedregosos do monte em que se avista a cidade. Percebe-se em redor dessa fonte o aroma das violetas e dos morangos que ainda restam do tempo de fr. Cipriano” – nos relata Vasconcelos (1935, p.86).

Coube a outro Vasconcelos (1947), autor do *Breviário histórico e turístico da cidade de Mariana*, a preciosa descrição relatada nos capítulos “O Palácio Velho dos bispos” e “Poço da Samaritana”, embora tenha vivido em período no qual a antiga chácara já entrara em decadência. Vasconcelos (1947) escreveu seu guia turístico no momento em que a antiga cidade passava pelo processo de tombamento para se tornar patrimônio nacional pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan; atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan⁸).

O edifício, que sofrera as ampliações no final do século XVIII com dom frei Domingos e os trabalhos de dom frei Cipriano, claudicou entre cuidados e abandonos ao longo do século XIX, especialmente nos períodos de sedes vacantes (1817-1820, 1835-1844, 1875-1877, 1896-1897). Sofreu, ao que parece, reformas, além da doação de mobiliário, pelo governo da província de Minas Gerais, para a visita de dom Pedro II a Mariana em 1881, no período de dom Antônio Maria Correa de Sá e Benevides (Correspondência..., [1881]). Foi em seu jardim, mais precisamente em sua fonte, que o imperador se banhou enquanto esteve na cidade.⁹ No início do século XX entrou em decadência ainda maior, quando dom Silvério Gomes Pimenta (primeiro arcebispo) teve que arcar com amplas despesas do arcebispado, frutos do final do Império e das reformas do período republicano brasileiro, que puseram fim à ligação oficial da Igreja com o Estado.

O arcebispo dom Helvécio Gomes de Oliveira, que tomou posse em 1922, inspirado pelas transformações urbanas brasileiras do final do século XIX e início do XX, construiu nova residência junto à Igreja de São Pedro, que chamou de Vila Getsemani. No combalido, velho, insalubre e antigo paço dos bispos de Mariana, dom Helvécio mandou fazer ampla reforma, para abrigar o Ginásio Arquidiocesano Municipal, inspirado no Colégio Pedro II do Rio de Janeiro.¹⁰ É assim que pela “mão habilidosa e mágica de um Monsenhor Nogueira” (Trindade, 1929, p.1454) e

de acordo com as exigências modernas da instrução e higiene, está também o prédio, antigo solar dos senhores Bispos de Mariana, completamente transformado e adaptado para tão elevado fim, não lhe faltando dormitórios ventilados e claros no pavimento superior, salões arejados e soalheiros para as aulas, no inferior, além de pátios espaçosos para recreio dos alunos. De tudo isso é formosa coroa a belíssima Capela, que foi construída da sala do Trono e dos antigos quartos de hóspedes e corredores adjacentes, devido à vara

mágica de Monsenhor Nogueira que sabe transformar prédios velhos em verdadeiras construções modernas, como o é atualmente o prédio do Ginásio Arquidiocesano de Mariana ... (Boletim Ecclesiástico, abr. 1928, p.114).

Publicado pela primeira vez em 1932, o romance *Mariana*, de Lima Júnior (1966), retrata a antiga cidade justamente no período de chegada de dom Helvécio Gomes de Oliveira. A pequenina urbe que foi moradia do poeta Alphonsus de Guimarães¹¹ ressurgiu no livro de Lima Júnior com a mesma pena do poeta simbolista: melancólica, decadente, conservadora, uma cidade triste... O Palácio do Bispo foi assim pintado por um dos personagens do romance: “Num vale abaixo da cidade está situado o palácio arquiépiscopal. Um horror! Uma construção tosca, velhíssima, sem arquitetura, de grossas paredes enegrecidas...” (p.91-92).¹² Em contraposição à visão de estagnação da antiga urbe e de seus edifícios, tem-se a chegada do arcebispo, que representava o sopro modernizador que o Brasil da década de 1920 e 1930 buscava alcançar.

O texto de Vasconcelos (1947) foi escrito em período em que o prédio do antigo Palácio dos Bispos se encontrava “em ócio *cum dignitate* e parece destinado a ruir” (p.69-74). Posteriormente, o prédio abrigou a tipografia da arquidiocese, que imprimia, além dos boletins eclesiásticos, a famosa *Folhinha de Mariana*, com previsões meteorológicas. Já as previsões de Vasconcelos quanto ao futuro do prédio, confirmar-se-iam com a ruína parcial dele, no final dos anos 1990.



Figura 4: Antigo Palácio dos Bispos de Mariana tendo ao fundo o Seminário Maior São José, s.d., s.autor (Acervo particular de Maria da Glória Celestino)

Em foto do recém-construído Seminário Maior São José, datada entre fins da década de 1930 e início da seguinte, aparece, abaixo do centro da imagem, a chácara da olaria entre árvores, com pequeno muro fechando um pequeno pátio logo atrás da varanda interna (Figura 4). Toda a antiga quinta tinha perdido os grandes muros que a cercavam, e a fonte da Samaritana, abandonada “ali durante mais de um século, entregue ao rigor do tempo” e abafada “pela vegetação, foi ... em boa hora [transferida] por dom Helvécio para o jardim de entrada do Seminário Maior, onde será condignamente” perpetuada (Vasconcelos, 1947, p.75).

No Seminário São José permaneceu o quadro de autoria de Aleijadinho, marcando a entrada da imponente obra erigida pelo novo arcebispo, instalada entre “colunas de cimento armado que lhe servem de moldura, destoantes inteiramente do fundo e do conjunto de tão belo painel” e “infelizmente, exposto como está, à irreverência da vadiagem, tem sido estragado em seus finíssimos relevos, servindo muita vez de alvo às ‘pedradas’ inconsciente dos perseguidores de lagartixas” (Vasconcelos, 1947, p.75). Perdendo pedaços de cantaria e com pequenas deformações, a obra foi especialmente tombada como patrimônio nacional e tem sua inscrição, no livro de Belas Artes do Sphan (atual Iphan), datada de 19 de dezembro de 1949. Com a criação do Museu de Arte Sacra de Mariana, a fonte da Samaritana para lá foi transferida e instalada, na entrada do Museu, em 1962 (Souza, 1984, p.171).

Na constituição e manutenção das paisagens dos jardins a água é elemento fundante e, além de dar continuidade à vida biológica do espaço, metaforicamente é a representação do nascimento, da purificação. Biblicamente, em sua expressão sacramental, é a água do batismo que limpa e dá vida. Com essa força transcendente e mágica, a representação da fonte no mundo cristão foi atualizada muitas vezes pela passagem bíblica da Samaritana: “Chegou uma mulher da Samaria, e Jesus disse-lhe: Dá-me de beber”; “Todo aquele que bebe desta água voltará a ter sede; mas, quem beber da água que Eu lhe der, nunca mais terá sede: a água que Eu lhe der há de tornar-se nele em fonte de água que dá a vida eterna” (João, 4, 1-42).

A temática da fonte da Samaritana é comumente encontrada em espaços religiosos e também nas moradias particulares. É dessa forma que encontramos, no convento da serra da Arrábida, em que dom frei Cipriano residiu, uma bela fonte construída abaixo da igreja conventual, que servia de “refrigério e de lugar de meditação” e que no ano de “1715 em que secaram as mais nomeadas fontes e celebrados rios” de Portugal, “ela sempre se conservou” (Ferreira, Benito, 2006, p.131-132). Surpreendentemente, a fonte privilegiada do convento português, decorada com desenhos que utilizam pequenas pedras e conchas, que até os dias atuais atrai visitantes, foi transferida para a nova residência do frei franciscano dom Cipriano. Engana-se, porém, quem pensa que a temática da fonte chegou à capitania das Minas pelo religioso. Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, a quem se atribui a escultura em pedra-sabão da chácara da olaria, seria o provável autor de várias obras com a mesma temática, em casas particulares e também em templos mineiros.¹³ Por exemplo, o risco e a bela execução do púlpito (do lado da Epístola) da Igreja de Nossa Senhora do Carmo de Sabará têm, na parte central, o episódio de Cristo e a Samaritana (Jorge, 1984).

Além de se dedicar ao trabalho na sua quinta portuguesa em terras mineiras, dom frei Cipriano – que, segundo os estudiosos, pouco deixava a Casa Episcopal – devia passar seu tempo livre em sua biblioteca, na pesquisa de botânica e nos cuidados com seu refúgio.

Seu grande interesse pela botânica fez com que fosse procurado pelo coronel Antônio Veloso de Miranda, irmão do renomado pesquisador padre Joaquim Veloso de Miranda, para oferecer livros que pertenceram a seu irmão, logo após seu falecimento. Dos títulos preciosos, consta que deixava para ser avaliado por dom Cipriano: *Dicionário dos termos técnicos de história natural*, do renomado botânico Domingos Vandelli; *Flora lusitanica*; *Dictionnaire de jardinier français*; *Quinografia portuguesa*, de outro eminente botânico, o mineiro frei José Mariano (Inventário..., 1817, fls.84v-85v).¹⁴

O anseio do senhor bispo nos estudos e cuidados com sua área verde remontava ainda ao tempo em que morava no convento em Lisboa. Em outra correspondência ao ministro do Ultramar, dom Rodrigo de Sousa Coutinho, nos preparativos para a travessia rumo à América, recordava um pedido: “Na mesma Carta sobredita também lembrava a Vossa Excelência o terreno, ou sesmarias para nelas me entreter com desvelo as horas vagas das minhas principais obrigações ... Convento em 5 de março de [1799]. Frei Cypriano Bispo de Mariana” (Cipriano de São José, 5 mar. 1799, fl.1). Felizmente, pôde realizar seus intentos em sua nova terra, na chácara de sua residência, onde morou, governou e permaneceu até o final de seus dias. O estilo reservado com que foi pintado deve-se provavelmente à dedicação aos estudos, como um homem ilustrado que era, com influências iluministas de sua formação na capital do Império português.

Passados duzentos anos da construção da nobre quinta de dom Cipriano, ressurgiu, com a restauração do antigo palácio episcopal de Mariana, entre 2004 e 2007, fragmentos dos jardins clássicos que no passado impressionaram viajantes como Saint-Hilaire. Em 4 de julho de 2007, a Universidade Federal de Ouro Preto encontrou vários registros arqueológicos do jardim principal, tais como mureta, pisos e escada. Pouco depois, na área que abrigava o segundo jardim, foi encontrado belíssimo trabalho de canalização, piso e fonte. No dia 10 de julho do mesmo ano, a direção do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da instituição universitária comunicou oficialmente ao Iphan os achados da área externa do paço restaurado (Ofício do diretor..., 10 jul. 2007).

Considerações finais

Ao chegar ao interior de Minas Gerais, em 1817, Auguste Saint-Hilaire confrontava a visão cartesiana da paisagem aos cenários encontrados ao longo de sua viagem pelo Brasil. O palácio episcopal de Mariana, ou melhor, seu jardim, destacava-se na paisagem da antiga vila mineradora. Além de enfatizar a beleza e extensão que ocupava numa chácara nos limites da sede do município, o olhar do viajante-naturalista ultrapassa a dimensão física da área e nos revela algo mais sobre seu idealizador e sua geração. O botânico francês identificou, no parque privativo, uma preocupação com a regularidade, a simetria e a disposição dos elementos naturais e artísticos. O bispo pertencia à geração que se encantava pela história natural e, principalmente, pelos conhecimentos de botânica.

O gosto pelos estudos de botânica do requintado dom frei Cipriano, bispo de Mariana, transparece nos livros de sua expressiva biblioteca, assim como em seu contato com o botânico e sacerdote Joaquim Veloso de Miranda. Enfim, a reformulação da área verde do paço episcopal, transformando uma simples chácara em espaço diferenciado da paisagem

mineira, com a construção de belo e expressivo jardim erudito, é o exemplo maior de sua ligação com a geração do reformismo ilustrado, que redescobriu a natureza. Como nobre senhor, seu parque fechado, local de meditação e contemplação, o colocava entre os membros refinados e engajados do período da corte de Queluz do governo de dona Maria I.

Com a morte de dom frei Cipriano de São José, em 1817, ano da visita do viajante francês Saint-Hilaire, vemos o início da degradação da área, que não suportará os anos de sede sem a presença de bispo. Assim, o jardim do palácio iria desaparecer ao longo do século XIX, ou melhor, voltaria a ser o que era antes: um ‘jardim colonial’, com suas “árvores de espinhos e outras mais que se acham na dita chácara, terras de hortas e todos os seus pertences”. A morte do jardim representa também a morte do ideário reformista que marcou a administração de dom frei Cipriano.

Com o surgimento de fragmentos da área externa do antigo palácio episcopal, a pesquisa sobre a trajetória histórica do jardim pode colaborar para sua reconstrução e salvaguarda dos vestígios encontrados. A preservação de áreas verdes, tão essenciais para a qualidade de vida nas cidades, e o legado do ilustrado frei Cipriano justificam a proteção da expressiva área do antigo paço dos senhores bispos de Mariana.

AGRADECIMENTOS

Agradeço as leituras e os comentários de Ivan Antônio de Almeida, Daniel Henrique Diniz Barbosa e Lidiany Silva Barbosa, bem como as indicações de Carmem Lemos, do Museu da Inconfidência; ao diretor do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, monsenhor Flávio Carneiro Rodrigues; à museóloga Maria da Conceição Fernandes Brito, do Museu de Arte Sacra de Mariana; a Carlos Delphim de Moura e a José Augusto Pádua. Sou grato também, pelos comentários, aos pareceristas da revista *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*.

NOTAS

¹ Considera-se ter sido a partir do início da década de 1980, com a criação da Fundação Pró-Memória no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, que os jardins históricos no Brasil passaram a ser alvo de políticas públicas efetivas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), “com critérios análogos aos adotados na preservação de outros bens culturais” (Delphim, 2005, p.8), o que reflete os esforços internacionais para salvaguarda dos jardins, definidos na Carta de Florença, em 1982.

² José Bonifácio de Andrada e Silva nasceu em Santos e viveu a maior parte de sua vida na Europa. Formou-se na Universidade de Coimbra após a reforma pombalina de 1772. Teve forte influência do mestre italiano Domingos Vandelli. Patrocinado pelo Estado português, aprofundou seus estudos no campo da mineralogia viajando por diversos países europeus durante cerca de dez anos. Além de sua importância no processo de autonomia política do Brasil, deixou diversos estudos sobre história natural, em especial sobre questões ambientais (Pádua, 2000).

³ Auguste de Saint-Hilaire nasceu na cidade francesa de Orleans, em 1779, onde faleceu em 1853.

⁴ José Pereira Arouca, português de origem, tornou-se o principal construtor do ‘cenário barroco’ da cidade de Mariana, na segunda metade do século XVIII. Com seus ofícios de pedreiro e carpinteiro edificou belos templos religiosos, palácios, residências particulares, bem como diversas obras públicas, além de ter sido requisitado como avaliador de serviços prestados por outros profissionais (Veiga, 1999; Vasconcelos, 1947).

⁵ O naturalista italiano Domingos Vandelli (1735-1816) foi um dos principais intelectuais da reforma pombalina da Universidade de Coimbra e mais tarde liderou o projeto de criação da Academia de Ciências de Lisboa, sendo sócio de diversas academias europeias e diretor do Real Museu e Jardim Botânico do Palácio da Ajuda.

⁶ O padre Joaquim Veloso foi secretário de Minas de janeiro de 1799 até a nomeação do sucessor, em julho de 1804 (Veiga, 1998, p.710).

⁷ No entanto, desde o século XVI os portugueses transferiam espécies vegetais asiáticas para África, Caribe e Brasil, “tendo inclusive jardins de aclimação na ilha da Madeira, em São Tomé e em Fernando Pó ..., apesar de Portugal ter sido o primeiro país europeu a constituir canais intercontinentais de trocas no colonialismo moderno, sua lógica de ação ... baseou-se no sigilo e na proteção do comércio do Oriente” (Kury, 2004, p.111).

⁸ O Iphan é o órgão estatal responsável pela política de proteção ao patrimônio no Brasil. Criado em 1937, no governo de Getúlio Vargas, como Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, transformou-se em departamento em 1946 e, a partir de 1970, tomou a forma atual de instituto, consolidado em 1994.

⁹ Para a viagem à província de Minas o imperador Pedro II seguiu os relatos do viajante francês Saint-Hilaire. Cabe notar, entretanto, que suas próprias anotações não fazem referência significativa à chácara do bispo, só relatando seus cuidados pessoais cotidianos: “Tomei banho frio numa fonte no jardim deste palácio e li notícias científicas” (Pedro II, 1957, p.101-102).

¹⁰ Além das transformações necessárias para instalação do educandário, foi reformado o andar superior na ala artística do palácio, construído no período de dom Silvério e, posteriormente, demolido pelo Sphan, por descaracterizar o edifício.

¹¹ O poeta Alphonsus de Guimarães (1870-1921) nasceu em Ouro Preto e tornou-se juiz municipal de Mariana em 1906.

¹² A construção de novo palácio e do Seminário São José, o uso de automóvel, até então raro, e ‘outras modernidades’ – como a chegada à sede do arcebispado pela estação ferroviária, o que acabava com o antigo costume de o prelado ser recebido a cavalo, no limite do município – representavam a tensão entre modernização e tradição na Mariana de 1920-1930.

¹³ A exemplo do chafariz do quintal de uma casa da rua Direita, em Ouro Preto (atual Museu Guignard), composto de “boca (uma cabeça de mulher) e uma pia, separadas. A boca do chafariz tem uma inscrição que a rodeia: Agoa da Samaritana”, bem como de uma peça, feita em tabatinga, chamada de Cabeça da Samaritana, do acervo do Museu de Arte Sacra do Carmo (Jardim, 1995, p.77). Seria também de Aleijadinho a estátua da Boa Samaritana, que ornamenta os jardins suspensos da mansão das Lajes, “residência da Sra. Lili Correia de Araújo” (Jorge, 1984, p.163).

¹⁴ Dom frei Cipriano faleceu pouco tempo depois de receber os livros, sem os poder ajustar e pagar.

REFERÊNCIAS

BLUTEAU, Rafael de.
Vocabulário portuguez e latino. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus. 1712.

BOLETIM ECLESIASTICO.
Boletim Ecclesiástico, Mariana, ano 27, n.4. abr. 1928 (Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana).

BURMEISTER, Hermann.
Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais: visando especialmente a história natural dos distritos aurí-diamantíferos. Belo Horizonte: Itatiaia. 1980.

CAMPOS, Paulo Mendes (Coord.).
Mariana: arte para o céu. Belo Horizonte: Comissão Pró-Restauração da Catedral e Órgão da Sé de Mariana. 1985.

CARRATO, José Ferreira.
Uma casa portuguesa com horta e jardim, nas Minas Gerais do século XVIII. *Revista de Guimarães*, Guimarães, 81, separata, p.1-32. 1971.

CARRATO, José Ferreira.
Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais: notas sobre a cultura da decadência mineira setecentista. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Editora da Universidade de São Paulo. 1968.

CARRATO, José Ferreira.
As Minas e os primórdios do Caraça. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1963.

CIPRIANO DE SÃO JOSÉ, frei.
Carta do bispo de Mariana para o príncipe regente d. João, informando sobre as oposições aos benefícios vagos deste bispado. Documentos manuscritos avulsos da capitania de Minas Gerais, 1680-1832; cx.153, doc. 15, CD45 (Arquivo Histórico Ultramarino). 25 maio 1800.

CIPRIANO DE SÃO JOSÉ, frei.
Carta do bispo de Mariana para d. Rodrigo de Sousa Coutinho, sugerindo o seu sobrinho Luís Caetano Batista da Silva para ser admitido no

número dos oficiais da Secretaria de Estado dos Negócios do Ultramar. Documentos manuscritos avulsos da capitania de Minas Gerais, 1680-1832; cx.148, doc.2, CD43 (Arquivo Histórico Ultramarino). 5 mar. 1799.

CIPRIANO DE SÃO JOSÉ, frei.
Carta do bispo de Mariana, para d. Rodrigo de Sousa Coutinho, pedindo, entre outros assuntos, deferimento dos seus requerimentos, agradecendo o despacho de seu sobrinho e informando da impossibilidade de aprontar mais cedo os papéis das suas dependências. Documentos manuscritos avulsos da capitania de Minas Gerais, 1680-1832; cx.146, doc.37, CD43 (Arquivo Histórico Ultramarino). 25 out. 1798.

CIPRIANO DE SÃO JOSÉ, frei.
Carta do bispo de Mariana a Rodrigo de Sousa Coutinho, secretário de Estado dos Domínios Ultramarinos, dando conta e explicando as razões da demora em voltar do Reino para o seu bispado e queixando-se das inconveniências sofridas pela demora dos barcos. Documentos manuscritos avulsos da capitania de Minas Gerais, 1680-1832; cx.145, doc.17, CD42 (Arquivo Histórico Ultramarino). 3 ago. 1798.

CIPRIANO DE SÃO JOSÉ, frei.
Carta do bispo confirmado de Mariana ao secretário de Estado dos Negócios do Ultramar, Luís Pinto de Sousa Coutinho, informando a tomada de posse do bispado de Mariana e que ordenou a reposição na livraria dos livros dali retirados pertencentes ao seu antecessor, que tinham sido arrendados em praça pública com mais móveis de seu espólio como bens de defuntos e ausentes. Documentos manuscritos avulsos da capitania de Minas Gerais, 1680-1832; cx.143, doc.65, CD42 (Arquivo Histórico Ultramarino). 29 nov. 1797.

CORRESPONDÊNCIA...
Correspondência com o Império, visita imperial a Mariana 1881. Arquivo 2, gaveta 3, pasta 17. (Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana). [1881].

DEAN, Warren.
A ferro e fogo: a história e a destruição da mata atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras. 1998.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura.
Manual de intervenções em jardins históricos. Brasília: Iphan. 2005.

FERREIRA, Paulo; BENITO, Paula.
Convento da Arrábida: a porta do céu. Lisboa: Fundação Oriente. 2006.

FREYRE, Gilberto.
Sobrados e mucambos. In: Santiago, Silviano (Coord.). *Intérpretes do Brasil*. v.2. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. p.649-1347. 2002.

INVENTÁRIO...
Inventário de dom frei Cipriano de São José. Arquivo 2, gaveta 1 (Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana). 1817.

JARDIM, Márcio.
O Aleijadinho: uma síntese histórica. Belo Horizonte: Stellarum. 1995.

JORGE, Fernando.
O Aleijadinho: sua vida, sua obra, seu gênio. 6.ed. São Paulo: Difel. 1984.

KURY, Lorelai.
Homens de ciências no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.11, sup. 1, p.109-29. 2004.

LIMA JÚNIOR, Augusto de.
Mariana. Belo Horizonte: Edição do Autor. 1966.

LIVRO DE CONTAS...
Livro de contas do Seminário de Mariana, 1780-1802. Armário IV (Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana).

LORENA, Bernardo José de.
Carta do governador das Minas para d. Rodrigo de Sousa Coutinho informando que, em consequência da carta de 1799, abril, 5, encarregou Joaquim Veloso de Miranda do exame de plantas e de árvores próprias para o fabrico de papel. Documentos manuscritos avulsos da capitania de Minas Gerais, 1680-1832; cx.151, doc.16, CD 44 (Arquivo Histórico Ultramarino). 20 nov. 1799.

LUCCOCK, John.
Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia. 1975.

MAWE, John.
Viagem ao interior do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia. 1978.

OFÍCIO DO DIRETOR...
Ofício do diretor do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto para a chefe do Escritório Técnico II do Iphan de Mariana. Ofício dir. ICHS/UFOP n.67/2007 (Arquivo do Instituto de Ciências Humanas e Sociais/UFOP). 10 jul. 2007.

PÁDUA, José Augusto.
Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista – 1786-1888. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2004.

PÁDUA, José Augusto.

A profecia dos desertos da Líbia: conservação da natureza e construção nacional no pensamento de José Bonifácio, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.15, n.44, p.119-142. 2000.

PEDRO II.

Diário da viagem a Minas 1881. *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, v.18. 1957.

ROCHA, José Joaquim da.

Geografia histórica da capitania de Minas Gerais: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da capitania de Minas Gerais – memória histórica da capitania de Minas Gerais. Estudo crítico, Maria Efigênia Lage de Resende e Rita de Cássia Marques. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais. 1995.

SAINT-HILAIRE, Auguste.

Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia. 1975.

SAINT-HILAIRE, Auguste.

Viagem pelo distrito dos Diamantes e litoral do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia. 1974.

SANJAD, Nelson Rodrigues.

Nos jardins de São José: uma história do Jardim Botânico do Grão-Pará, 1796-1873. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2001.

SEGAWA, Hugo M.

Os jardins públicos no período colonial e o Passeio Público do Rio de Janeiro. *Revista Barroco*, Belo Horizonte, n.12, p.147-160. 1983.

SOUZA, Wladimir Alves de.

Guia dos bens tombados. Rio de Janeiro: Expressão e Editora. 1984.

TRINDADE, Raimundo, cônego.

Arquidiocese de Mariana: subsídios para a sua história. 2.ed. v.1. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. 1953.

TRINDADE, Raimundo, cônego.

Genealogias da zona do Carmo. Ponte Nova: Gutenberg. 1943.

TRINDADE, Raimundo, cônego.

Archidiocese de Mariana: subsídios para a sua história. v.3. São Paulo: Escolas do Lyceu Coração de Jesus. 1929.

VARELA, Alex Gonçalves.

'Juro-lhe pela honra de bom vassalo e bom português': análise das memórias científicas de Jose Bonifácio de Andrada e Silva (1780-1819). São Paulo: Annablume. 2006.

VASCONCELOS, Diogo de.

História da civilização mineira: história do bispado de Mariana. Belo Horizonte: Edições Apollo, 1935.

VASCONCELOS, Salomão de.

Breviário histórico e turístico da cidade de Mariana. Belo Horizonte: Biblioteca Mineira de Cultura. 1947.

VEIGA, Afonso Costa Santos.

José Pereira Arouca: mestre pedreiro e carpinteiro. Mariana – Minas Gerais (século XVIII). 2.ed. [S.l.]: Edição Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda. (Coleção Figuras e Factos de Arouca). 1999.

VEIGA, José Pedro Xavier da.

Efemérides mineiras (1664-1897). v.3, 4. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais. 1998.

